

LEI MUNICIPAL Nº 640, de 13 de setembro de 2022.

EMENTA: Dispõe sobre ao processo seletivo para provimento do cargo em comissão do DIRETOR ESCOLAR, das Escolas Públicas da Rede Municipal de Ensino Infantil e Fundamental de JATI, Ceará e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Jati, Estado do Ceará, em Sessão Ordinária realizada no dia 13 de setembro do ano 2022, aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a criação de instrumento de avaliação de critérios técnicos, mérito e desempenho dos candidatos à Direção da Rede Municipal de Ensino, do Município de Jati-CE.

Art. 2º Tem a finalidade de atender o Art. 14 §1º, inciso I da Lei Federal nº 14.113/20, de 25 de dezembro de 2020, o qual impõe a necessidade de prévia avaliação de mérito e desempenho aos profissionais do magistério interessados na nomeação da função de Direção da Rede Municipal de Ensino, além das demais prerrogativas legais. (CF, LDB, PNE, PME etc).

CAPÍTULO II

DOS CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Art. 3º São requisitos para participar da avaliação técnica de mérito e desempenho:

- I- Pertencer ao quadro próprio do Magistério do Município de Jati, Estado do Ceará ou tê-lo integrado no ano anterior a seleção;
- II- Possuir graduação em licenciatura plena em Pedagogia com comprovação em histórico escolar de disciplina cursada na área de gestão, ou;
- III- Possuir Licenciatura em outras áreas, com Pós-Graduação em Gestão Escolar;
- IV- Ter no mínimo 03 (três) anos de experiência em sala de aula;
- V- Oficializar através de requerimento assinado o interesse na função;
- VI- Não ter cumprido pena estabelecida em sentença criminal transitada em julgado nos últimos 02 (dois) anos.
- VII- Não ter contas de gestão escolar desaprovadas junto aos programas e projetos do Fundo Nacional da Educação (FNDE) Secretaria de Educação do Estado do Ceará, Secretaria Municipal

de Educação, entre outros.

Art 4º O processo de provimento do cargo em comissão ou função do Diretor de Escola Pública Municipal, de Ensino Infantil e Fundamental, de acordo com os critérios técnicos de mérito e desempenho, no qual poderão inscrever-se os candidatos que satisfaçam os requisitos previstos no Art 3º desta Lei, dar-se-á por avaliação de conhecimentos específicos, com a finalidade de aferir as habilidades gerenciais e atributos pessoais necessários ao exercício do cargo.

§1º o processo de que trata o caput deste artigo realizar-se-á em cinco etapas, a saber:

- I – Uma primeira etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a qual constará de Prova Escrita para avaliação de conhecimentos necessários a gestão escolar;
- II – Uma segunda , de caráter eliminatório, através entrevista individual e destina-se à aferição de conhecimentos, habilidades e atitudes do candidato em função de um perfil pré-estabelecido pela Secretaria de Educação, considerando, pelo menos, os seguintes componentes:
 - a) Visão Sistêmica;
 - b) Senso ético;
 - c) Liderança;
 - d) Flexibilidade;
 - e) Comunicação.
 - f) Comprometimento
- III – Uma terceira etapa , eliminatória, através da elaboração e apresentação de um Plano de Trabalho de Gestão Escolar, para avaliação do seu conhecimento técnico, de sua visão sistêmica em relação a administração escolar e políticas públicas da educação.
- IV- Uma quarta etapa , de caráter classificatório, a qual compreenderá a análise de títulos;
- V- Uma quinta e última etapa, classificatória, participação da Formação Continuada de 120 horas, oferecida pela Secretaria de Educação, com certificação, sendo obrigatório 70% de presença.

§ 2º - Fica autorizada a Secretaria Municipal de Educação, através de seu corpo técnico ou através de contratação, convênio e/ou parceria com instituição com 'habilitação técnica e experiência em seleções públicas, a elaborar Edital e adotar as demais medidas necessárias a formalização do processo de escolha do Diretor das Escolas Públicas Municipais de Ensino Infantil e Fundamental, que será realizada cada 04 (quatro) anos, não podendo ocorrer a seleção nos últimos três meses que antecedem as eleições municipais e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito;

Art. 5º A função de Direção em Instituição de Ensino deve ser exercida por professor (a) em regime de tempo integral de 40h (quarenta horas) e dedicação exclusiva, caso seja detentor de 20h (vinte horas) este fará dobra de jornada;

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

Art. 6º. Para garantia do processo de transparência e participação da comunidade escolar, será constituída uma comissão por membros titulares, que participarão do processo de seleção , a saber:

I - Secretário (a) Municipal de Educação;

II - Procurador Jurídico ou 01 (um) servidor nomeado por ele;

III - 01 (um) Representante do Conselho Municipal de Educação;

IV - 01 (um) Representante do Conselho Municipal de acompanhamento e Controle Social do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica FUNDEB;

V - 01 (um) Representante dos servidores técnicos-administrativos, indicados pela categoria;

VI - 01 (um) Representantes de pais de alunos escolhidos em assembleia ou indicação pela Entidade Executora.

§ 1º A comissão será presidida pelo (a) Secretário (a) Municipal de Educação.

§ 2º Não poderá integrar a Comissão:

a) Os professores que pretenderem a sua nomeação para Direção;

b) Os profissionais com parentesco até terceiro grau com qualquer dos candidatos.

Art. 7º A comissão divulgará por edital, no site oficial da Prefeitura Municipal de Jati, no Mural Oficial da Secretaria Municipal de Educação, o resultado da avaliação, sendo impedido de participar da nomeação aqueles que não alcançarem a pontuação mínima fixada nesta Lei, mínimo de 7 (sete).

Parágrafo Único. Do resultado caberá pedido justificado de reconsideração, no prazo de 24h (vinte e quatro horas) à própria Comissão.

Art. 8º Serão nomeados pelo Prefeito Municipal, após a indicação da Secretaria Municipal de Educação, para os cargos de provimento em comissão, os candidatos aprovados para compor o Banco de Diretores Escolares na Seleção Pública Simplificada, prevista no art 1º desta Lei.

§ 1º - A nomeação de que trata o caput deste artigo será feita pelo período de quatro anos, permitida a recondução por idêntico período subsequente.

§ 2º Não haverá restrição ao candidato em participar de nova seleção pública para compor o Banco de Gestores Escolares, podendo ser indicado para unidade escolar diversa da sua última recondução.

§ 3º O disposto nos § 1º e 2º deste artigo, apenas será possível para o profissional do magistério que apresente boa avaliação durante os anos em exercício de Direção Escolas Públicas Municipais de Ensino Infantil e Fundamental, não havendo em qualquer caso a restrição para o exercício alternado do mandato.

§ 4º A nomeação de que trata o caput não retira a natureza jurídica do cargo Diretor Escolar das Escolas Públicas Municipais, podendo o Prefeito Municipal exonerar o ocupante do cargo em comissão por ato discricionário, de acordo com a conveniência e oportunidade da Administração Pública.

CAPITULO IV DA VACÂNCIA

Art. 9º No caso de vacância do cargo DIRETOR ESCOLAR das Escolas Públicas Municipais de Ensino Infantil e Fundamental, será nomeado candidato, indicado pela Secretaria Municipal de Educação, dentre os aprovados para o Banco de Diretores Escolares, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§ 1º Quando o banco mencionado no caput deste artigo não dispuser de candidatos selecionados, poderá o Poder Executivo Municipal nomear profissional do magistério apto para ocupar os cargos em comissão pelo período remanescente.

§ 2º - Ocorrerá a vacância dos cargos em comissão de Diretor Escolar das Escolas Públicas Municipais de Ensino Infantil e Fundamental por exoneração, demissão, falecimento ou conclusão do período do exercício.

CAPITULO V DOS ASPECTOS DE AVALIAÇÃO

Art. 10º A Avaliação de mérito e desempenho abrangerá os aspectos de competências e habilidades do Diretor Escolar e cumprimento de suas atribuições:

§ 1º Das Competências e Habilidades :

- I- Coordenar Programas;
- II- Liderança organizacional;
- III- Responsabilidade;
- IV- Coordenar o PPP;
- V- Flexibilidade;

- VI- Liderança Pedagógica;
- VII- Promover respeito e empatia;
- VIII- Ética;
- IX- Descentralização;
- X- Proatividade;
- XI- Mobilizador;
- XII- Autonomia;
- XIII- Liderança Relacional;
- XIV- Compromisso;
- XV- Incentivar a cooperação;
- XVI- Valorização da equipe;
- XVII- Pacificador;
- XVIII- Gerenciar recursos;
- XIX- Articulação;
- XX- Projetos Pedagógicos Inovadores;
- XXI- Criatividade;
- XXII- Progressão dos indicadores de ensino;

§ 2º Das atribuições:

São atribuições do Diretor da Rede de Ensino Municipal:

- I. Coordenar a organização escolar nas dimensões político-institucional, pedagógica, administrativo-financeira, pessoal e relacional;
- II. Dirigir planejamentos da instituição, no âmbito administrativo e pedagógico;
- III. Ter compromisso com a implementação das Metas e Estratégias do Plano Municipal de Educação;
- IV. Instituir indicadores de aprendizagem mapeando índice de aprovação, evasão, distorção, entre outros;
- V. Traçar estratégia para melhorar a qualidade de ensino;
- VI. Participar ativamente no processo de aprendizagem do aluno, adotando postura de monitoramento e engajamento de toda equipe;

- VII. Trabalhar de forma integrada com as orientações pedagógicas;
- VIII. ; Ser proativo em buscar diferentes soluções para os problemas escolares
- IX. Cumprir e determinar o cumprimento da legislação de ensino e das normas baixadas pela Secretaria Municipal de Educação;
- X. Gerenciar estratégia de recursos humanos e financeiros, alinhando-se aos propósitos pedagógicos;
- XI. Agir com transparência e ética nos procedimentos pedagógicos, administrativos e financeiros;
- XII. Valorizar os recursos humanos e das relações interpessoais dentro e fora da Instituição;
- XIII. Respeitar, valorizar, manter-se integrado, com conexão ao Conselho Escolar, as famílias dos alunos e a comunidade em geral;
- XIV. Participar dos eventos culturais da comunidade em que sua escola faz parte;
- XV. Reunir-se periodicamente com os servidores da escola para sanar problemas que eventualmente venham a acontecer dentro da Unidade Escolar;
- XVI. Orientar os servidores em relação a sua rotina de trabalho, documentando os procedimentos a serem adotados;
- XVII. Estabelecer relações com outras escolas para a troca de experiência e boas práticas;
- XVIII. Zelar pelo patrimônio escolar;
- XIX. Coordenar o Projeto Político Pedagógico;
- XX. Agir democraticamente;
- XXI. Manter-se atualizado sobre os principais assuntos dentro da sua área.
- XXII. Comprometer-se com os Programas Educacionais propostos pelo Município, Estado e Federação.
- XXIII. Participar processos formativos oferecidos pelo Município e seus parceiros;
- XXIV. Acompanhar , participar das ações dos Programas Dinheiro Direto na Escola PDDE, Assistindo, apoiando, orientando os Conselhos Escolares, garantido correta aplicação financeira e devidas prestações de contas no tempo regulamentar, bem como nas demais ações do Conselho.
- XXV. Cumprimento das demandas Técnico pedagógicas;

§ 3º . Estará apto a concorrer a nomeação o candidato que atingir 70 % da soma dos critérios estabelecidos no *caput* deste artigo.

§ 4º A avaliação será efetuada por uma comissão de servidores especificamente constituída por Portaria, e critérios previamente divulgados.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13º No caso de afastamento do Diretor por até 30 (trinta) dias, a substituição será feita interinamente pelo Coordenador Pedagógico;

Art. 14º Quando o afastamento for superior a 30 (trinta) dias, ficará a cargo do (a) Secretário (a) Municipal de Educação, designar 01 (um) no período que se fizer necessário;

Art 15º O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar o disposto nesta Lei através de Decreto Municipal.

Art. 16º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

17º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, Jati-CE, 13 de setembro de 2022.

Mônica
Rosany Pereira
Mariano



Assinado de forma
digital por Mônica
Rosany Pereira Mariano
Data: 2022.09.16
11:17:58 -03'00'

Monica Rosany Pereira Mariano
Prefeita Municipal